

Apoiar o Investimento na Eficiência Energética na Habitação



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI
e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

A gestão da crise energética é, neste momento, uma das principais preocupações na Europa e têm-se multiplicado as ações para assegurar que, no imediato, se conseguem superar as dificuldades esperadas para este inverno enquanto que, numa ótica de mais longo prazo, se põe em marcha os necessários investimentos em infraestruturas que permitam reduzir a dependência energética europeia.

Esta é uma questão que tem de ser tratada, desde logo, de forma articulada com os restantes países da União Europeia, e recorde iniciativas como o plano REPowerEU, da Comissão Europeia, que visa precisamente, promover a poupança energética, a produção de energia renovável e a diversificação das fontes de energia. E, estão a decorrer importantes negociações, como o acordo de interconexões entre Portugal, Espanha e França, que, como disse o Senhor Presidente da República, é uma matéria muito importante e beneficia toda a Europa.

No plano interno, Portugal não pode ficar à margem deste processo e, desde logo, há domínios onde é possível, com rapidez e eficácia, obter resultados concretos,

De acordo com o Eurostat, à escala europeia, as famílias são responsáveis por 27% do consumo final de energia

como é o caso da eficiência energética na Habitação. O Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis, que foi objeto de reforço com verbas provenientes do PRR, teve um impacto indiscutível. Atingiu uma dotação orçamental total de 135 milhões de euros e mobilizou famílias e empresas em torno deste objetivo prioritário que é incrementar a sustentabilidade e a eficiência energética e hídrica do nosso parque edificado.

Tal como sempre defendemos, com incentivos certos, capazes de abranger a generalidade do território e dos proprietários, envolvendo as empresas e distinguindo quem cumpre as obrigações legais essenciais como a detenção de habilitação para exercer a atividade de construção, é possível dinamizar o investimento privado e dar resposta aos objetivos estratégicos do País.

O Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis deve ter continuidade, já que se encontra, neste momento, encerrado, e é este o tipo de iniciativas que consideramos serem importantes instrumentos para dinamizar, no imediato, a execução dos fundos europeus. Recordo que, para além do PRR, temos o Portugal 2020, que encerra no final de 2023, bem como o Portugal 2030, que começa a dar os primeiros passos.

De acordo com o Eurostat, à escala europeia, as famílias são responsáveis por 27% do consumo final de energia, pelo que o investimento na melhoria do comportamento térmico das nossas casas é determinante. E ainda mais relevante num País que, em 2021, era o 2º da UE onde existem mais pessoas a viver em casas com más condições e o 5º com mais população que não consegue aquecer convenientemente a sua habitação. Este é o momento para reativar programas de apoio à eficiência energética e hídrica das habitações, melhorando aspetos como o acesso aos apoios quando estão em causa os condomínios e assegurando, sempre, a diferenciação das empresas legalmente habilitadas e, desta forma, combatendo a ilegalidade a informalidade e contribuindo para a valorização e capacitação do nosso tecido empresarial.